

**CARÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
MATO GROSSO DO SUL**

PROCESSO: 0000274-75.2023
PREGÃO ELETRÔNICO: 30/2023;
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO
EDITAL;

A empresa **OBJECTTI SOLUCOES LTDA**, endereço Rua 9, Quadra E-12, Lote 12-AE, S/n, Setor Marista, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ sob o n.º **11.735.236/0001-92**, por intermédio da sua representante legal Sra. **Thallyta Lorranny Paula de Alcântara**, portadora da Carteira de Identidade nº 6476562 SSP-GO e do CPF nº 705.450.591-35, conforme m.a, veem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar as razões das quais levaram à interposição do

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

com fulcro no que prevê o artigo 164 da Lei N° 14.133-21 e o artigo 24 do Decreto N° 10.024/2019, cominado com item 10.1¹ do edital, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos;

I. DO BREVE RELATO DOS FATOS

Encontra-se previsto para os 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano corrente às 14 horas e 00 minutos, o início da sessão pública de Pregão Eletrônico PE N° 30/2023, no portal de compras governamentais federal, visando a obtenção da proposta mais vantajosa a Administração, para a aquisição de certificados digitais e mídias de armazenamento criptográfico (token).

Contudo, ocorre que o instrumento editalício disponibilizado encontra-se eivado de irregularidades o que vai de encontro aos princípios basilares administrativos, tais como o da legalidade e da competitividade, por encontrar-se a margem do normativamente disposto, quanto: a. pela obscuridade no produto a ser adquirido e seu desencontro com a norma vigente; b. pela não observância de todos os preceitos incidentes à contratação, tais como substituição das mídias e separação dos produtos; motivo o qual impugna-se os termos contidos no certame, pois há clara impossibilidade propositura.

II. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

II.1- DAS PRELIMINARES

A. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Dispõe o artigo 164, do diploma licitatório legal – Lei N° 14.133/2021, que a Administração Pública, não poderá descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado, contudo poderá o licitante impugnar seus termos quando eivados de irregularidade que poderão viciar este instrumento, vejamos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Ademais, o artigo 24, do Decreto N° 10.024/2019: *“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.”*

Portanto, cabível é a presente impugnação, haja vista encontrar-se amparada a norma regulamentadora, além de estar dentro do prazo pré-determinado à sua propositura.

B. DA ILEGALIDADE

B.1. DO MOMENTO DE SUA ARGUIÇÃO

In casu, o primeiro ponto que merece apreço, e, visando espantar quaisquer dúvidas que possam vir a pairar sobre o tema, é importante asseverar que os procedimentos administrativos, pelo qual envolve se encontra o licitatório, possuem como condição de existência a observância aos preceitos legais dos quais se submetem, da mesma forma que é de estrita necessidade à observância a existência dos motivos em que se baseiam a sua realização.

Sendo assim, ao volver-se para o caso concreto temos por claro a não observância a norma em algumas das suas anotações, inobservando, por consequência o princípio da proposta mais vantajosa à Administração, bem como gerando nulidade ao mesmo.

¹ 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Destarte, corroborando o acima citado, o e. Tribunal de Contas da União é firme em lecionar que **“Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente”**, vejamos:

TCU – ACÓRDÃO 1079/2017 – PLENÁRIO, RELATOR: MARCOS BEM QUERER REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BOA HORA/PI. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2015. REALIZAÇÃO DO RDC PRESENCIAL 1/2015 COM O MESMO OBJETO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR PREÇOS COMPARATIVAMENTE ELEVADOS. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.482/2016 - PLENÁRIO. OITIVA DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME, BEM COMO DO CONTRATO DELE DECORRENTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS. CIÊNCIA. À REPRESENTANTE, AO MUNICÍPIO E À FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. 1. A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada. 2. **Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente.**

Ou seja, tamanha é a gravidade do desamparo as condições mínimas licitatórias, como a competitividade, que mesmo após a realização do certame amparado se encontra a anulação do feito, por patente ilegalidade em seus termos.

Logo, não há que se falar em incidência de intempestividade no presente, uma vez que a irregularidade licitatória alcança tal procedimento ainda que este tenha chegado às vias contratuais, enfatiza-se, à inteligência do que aduz o r. STJ - Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.
LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO.
ANULAÇÃO. POSSIBILIDADE.

A possibilidade de anulação do procedimento licitatório após celebrado o contrato administrativo não suscita maiores dúvidas, porquanto a própria Lei 8.666/93 dispõe que a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato dele decorrente.

(REsp 447814 / SP; RECURSO ESPECIAL 2002/0086977-7 T1 - PRIMEIRA TURMA 17/12/2002 DJ 10.03.2003 p. 112)

Neste jaez, mesmo que consumado se encontrasse o processo aquisitivo público, quando da ocorrência de ilegalidade em seu feito, imprescindível se faz a necessidade de sua anulação, é o que prega o c. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, confirmamos:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. DUPLO APELO. MANDADO DE SEGURANÇA. **ILEGALIDADE EM EDITAL DE LICITAÇÃO.** ^{1ª}
APELAÇÃO: PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO EM RAZÃO DA CONCLUSÃO DA **LICITAÇÃO.** REJEIÇÃO. A superveniente adjudicação/contratação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o processo licitatório está eivado de nulidades, **estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato, razão pela qual não há falar em aplicação da teoria do fato consumado e a perda do objeto deste mandamus.** TJ-GO - DUPLO GRAU DE JURISDICAÇÃO 02367983920148090137 (TJ-GO)

Em igual senda, versa Marçal Justen Filho que “*A nulidade do edital acarreta a necessidade de seu refazimento. Logo, todos os atos posteriores perderão seu fundamento de validade*”.

Portanto, claríssimo a luz solar se faz o fato de que ilegalidade contida em termos editalícios, na realização do certame e/ou em qualquer de suas fases figura-se objeto nulo, além de gerar ineficácia de todos os atos de dela advir, podendo ser arguida no momento de sua constatação, independentemente da existência ou não de quaisquer prazos.

II.2 – DO DIREITO A QUE SE BASEIA

A. DAS NORMAS DE PRECEITO ESPECÍFICO

A.1. DA CLAREZA DO OBJETO

Em respeito ao que dispõe os artigos 6, inciso XXIII, alínea “e”² cumulativo artigo 82, incisos I e III alínea “a”³ e artigo 150⁴, todos da Lei Nº 14.133/2021, são condições “*sine qua*

² XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

³ Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

non” para realização das aquisições em via pública, a divulgação do instrumento editalício contendo descrição claro do objeto a que se pretende adquirir, inclusive em relação a sua precificação e maneira de execução, é o que pleiteamos em verificação por parte do certame em escopo e confirmamos a seguir:

Art. 6. XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
e) **modelo de execução do objeto**, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - **as especificidades da licitação e de seu objeto**, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

(...)

III - **a possibilidade de prever preços diferentes:**

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

Art. 150. **Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto** e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, **sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa;**

Seguindo o mesmo pensamento o Decreto 10.024/2019, é assente em apontar que “Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter: a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações: **1. A definição do objeto contratual** e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame; ”.

Outrossim, o r. Tribunal de Contas da União é firme em destacar que “**O gestor, ao classificar bens e serviços como comuns, deve se certificar de que a descrição do objeto é suficientemente clara a ponto de não suscitar dúvidas, no afã do procedimento concorrencial do pregão, acerca das especificações do objeto ofertado pelos licitantes.** Ademais deverá observar a complexidade das especificações não encetará insegurança ao adimplemento contratual pelos potenciais contratados em face da inexistência da habilitação prévia. ” - Acórdão 1615/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

(...)

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

⁴ Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa;

Da mesma forma que, leciona em ponderar: **“Indique de forma precisa, suficiente e clara o objeto da licitação e os respectivos quantitativos, nos certames licitatórios que venha a realizar, especialmente na modalidade do pregão, consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, 1993, c/c os arts. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/2002, e 9º, inciso I, do Decreto nº 5.450/2005.”** - Acórdão 1474/2008 Plenário.

Quando voltamos os olhos para o caso concreto é de indispensável necessidade apontar a inviabilidade de propositura principalmente quando falamos dos produtos a serem contratados observados sob os seguintes aspectos:

ITEM EDITALÍCIO: ***“2.6. Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift).”***

OBSCURIDADE: No que se refere ao mesmo não resta claro se o produto que o órgão necessita contratar se trata de um certificado “intranet”/dentro da organização de seu sistema interno e o modelo convencional para ambiente web externo, pois trata-se de produtos distintos, por essa razão pedimos esclarecimento a respeito?

ITEM EDITALÍCIO: ***“2.6.1. O Certificado WildCard deve ser emitido com o nome comum (common name) *.seudominio.com.br e com um SAN (Subject Alternative Name) seudominio.com.bra a partir de uma requisição de assiantura de certificado (CSR) criada pelo TRE-MS”***

OBSCURIDADE: Quanto ao item em apreço paira dúvida, se o certificado será um wildcard para domínio principal e seus infinitos subdomínios + um SAN vinculado ao domínio principal? Se sim, quantos SAN a empresa deverá fornecer para o item mencionado, tendo em vista, que o custo apurado para a contratada é mensurado por cada SAN que deverá ser liberado junto ao mesmo?

ITENS EDITALÍCIO: ***“Certificado A1 Multi-domínio SAN (Serviços que não aceitam certificado wildcard)” e “Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift)”***

OBSCURIDADE: É de ciência do órgão que a nomenclatura A1 é normalmente designada para os certificados digitais SSL emitidos na cadeia ICP-Brasil? E que a exigência contida ***“2.5.4. Nível de criptografia deve ser de até 512 bits e chave de até 4096 bits, as máximas existentes”*** são pertencentes aos modelos internacionais, assim, pelas demais especificações

entendemos que o padrão é internacional, e portando a nomenclatura A1 estaria equivocada?

Ainda no mesmo sentido, em se tratando de certificados internacionais, por ocasião do pedido, o órgão terá preferência entre o modelo DV ou OV, ou a empresa poderá cotar qualquer um dos mencionados?

Sendo assim, imprescindível é a demonstração claro do objeto a ser licitado, juntamente as suas especificações suficientes a compreensão do licitante daquilo que se pretende contratar, por isto guarda necessidade de esclarecer o presente feito em relação a todos os pontos de obscuridade ali presente, pois paira em completa impossibilidade de propositura e atendimento ao necessário pela Administração a ser avençada pela licitante.

Além dos pontos acima assentados, constam-se ainda os desencontros a seguir.

A.2. DO NECESSÁRIO DESMEMBRAMENTO DO CERTIFICADO E MÍDIA

Outra questão que merece olhar abrangente se configura no fato de que, já não se configura vantajoso a aquisição de item em formato kit (certificado + mídia) tendo em vista que se tratam de grupos diferentes para questões fiscais, e comumente a mídia precisa ser faturada separado do certificado, uma vez que o primeiro se trata de produto, com incidência de impostos estaduais e o segundo de serviço com incidência de impostos municipais, além do fato de que, a mídia por ser um objeto com um custo intrínseco que independe da vontade a certificadora, esta em maior incidência de fluxo discrepante no mercado.

Ressalta-se ainda que, em processo anterior a qual o órgão realizou pregão eletrônico para aquisição de objeto semelhante ao certame em apreço, mais especificamente na data de 26/10/2020, processo 0005413-13.2020 o órgão adquiriu o serviço certificado separado do produto token, e pelo longo período que a referida contratação perdurou, acreditamos que não houve incidência de problemas que ensejassem a alteração dos itens no presente processo licitatório.

Sendo assim, entendemos que, ante a opção pelo certame em grupo, não haverá nenhum prejuízo – muito ao contrário – na alteração do formato do item de kit para certificado e mídia separados, tendo em vista que poderá ensejar economia para a administração, uma vez que poderá valer-se dos tokens que os titulares já possuem, em detrimento de necessariamente entregar um novo, talvez sem a necessidade fática, além disso, a logística torna-se vantajosa uma vez que as mídias podem ser enviadas ao órgão que poderá gerenciar de modo mais seguro e efetivo a sua distribuição, entre outras vantagens.

A.3. DEMAIS ESCLARECIMENTOS

Aproveitamos o ensejo da confecção do documento em apreço para sanas outras dúvidas importantes para o momento da prestação de serviço e que não vieram elencadas no edital. Quais sejam:

- 1) **CÓDIGO DE SERVIÇO**: A empresa utiliza o código de serviço 1.08 para o faturamento de suas notas fiscais, em detrimento de não haver nenhuma exigência impeditiva no edital, gostaríamos de confirmar, em sede de contrato se podemos manter as notas fiscais sendo emitidas no código mencionado?
- 2) **ENTREGA DA MÍDIA**: Gostaríamos de confirmar se as entregas das mídias podem ser feitas diretamente ao órgão para que o mesmo as entregue aos titulares respectivos?
- 3) **EMAIL PARA RECEBIMENTO DAS NOTAS FISCAIS**: A par de deixarmos todas as informações atinentes a prestação de serviços devidamente formalizadas, gostaríamos de saber para qual e-mail deverão ser enviadas as notas fiscais de fornecimento por ocasião de sua emissão e aprovação e posterior pagamento?

B. DAS NORMAS DE PRECEITOS GERAIS

B.1. DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

In casu, o primeiro ponto que merece assento incide-se ao fato de que a licitação na modalidade pregão caracteriza-se pelo objetivo de imprimir competitividade às contratações públicas, por meio da simplificação das regras procedimentais, condicionada aos princípios básicos estabelecidos no art. 4º do decreto nº 3.555/2000:

“Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação”.

Seguindo o mesmo pensamento esclarece o autor Marçal Justen Filho, que a Lei nº 8.666/93 buscou “evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica se constituam em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas.”

Ou seja, nos procedimentos licitatórios por buscar a proposta mais vantajosa a Administração deverão ser permitidos o maior número de competidores ao feito, sendo quaisquer tipos de exigências cerceadoras, inadequadas a sua finalidade. É exatamente o que defende Diogenes Gasparino (no informativo realizado para o TCM-SP), vejamos:

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é despercebida pelo operador do Direito. Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. **Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade.**

Também segue tal assertiva o Tribunal de Contas da União, ao reconhecer que as restrições licitatórias poderão diminuir o fluxo de competidores e por consequência de seleção a proposta mais vantajosa à Administração, confirmamos:

Acórdão: [Acórdão 1104/2007-Plenário](#)

Data da sessão: 06/06/2007

Relator: AROLDO CEDRAZ

Área: Licitação

Tema: Consórcio

Subtema: Poder discricionário

Outros indexadores: Justificativa, Obras, serviços ou compras de grande vulto, Licitação de alta complexidade técnica, Participação

Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO

“Deve ser autorizada a participação de consórcios nas licitações cujo objeto seja de grande vulto, pois isso permite um afluxo maior de competidores e aumenta a probabilidade de seleção de uma proposta mais vantajosa para a Administração.”

Desta forma, a licitação não deve perder o seu objetivo principal que é de obter a proposta mais vantajosa a Administração, mediante ampla competitividade, onde quaisquer exigências que e fujam a essa regra poderão estar à margem do legalmente previsto ensejando motivos para impugnar e/ou pedir esclarecimentos aos termos do certame pelo desatendimento das finalidades licitatórias, é o que se busca, frente ao disposto no edital⁵.

⁵ A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. TCU - Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)

Sancionando o disposto alhures, o próprio Tribunal de Contas da União é firme em apregoar que os órgãos deverão abster-se de *“incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993”*, vide Acórdão 1227/2009.

Portanto, uma vez encontrando-se sob situações de obscuridade no feito, plausível é o pedido de que se esclareça o feito correspondente a tal objeto, por refletir diretamente na possibilidade de propositura e participação na formação de preços no feito.

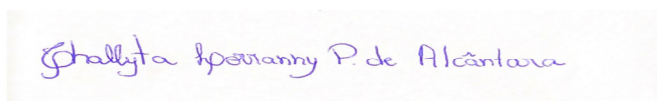
III- DOS PEDIDOS

Ante a tudo que se expos, inerentes aos princípios da conveniência e da oportunidade, impugna-se os termos do edital de licitações ao Pregão N° 30/2023, pelos quais não merecem prosperar pois, não guardam em si encontro a norma vigente, restando a si eminente necessidade de reforma.

Goiânia, 12 de setembro de 2.023.

Atenciosamente,

Atenciosamente,



Thallyta Lorranny Paula de Alcântara
Procuradora

11.735.236/0001-92
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA.
Rua 9, Qd. E-12, Lt. 12- AE, Sala 03, S/N
Setor Marista, CEP: 74.150-130
GOIÂNIA - GO

DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.735.236/0001-92
NIRE: 5220277018-7

SLT Blessed Participações S/A, sociedade anônima privada, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o NIRE número 52300040469, com CNPJ número 31.909.092/0001-50, com sede à Avenida 136, número 797, sala 601, 6º andar, Bloco B, Condomínio New York Square Business Evolution, Setor Sul, CEP: 74.093-250, Goiânia – Goiás, representada por seus diretores: **Adriano Sousa Fernandes**, brasileiro, nascido aos 22 de janeiro de 1978, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliado à Rua Marcelo Portela, quadra 7, lote 21, Residencial das Acácias, CEP: 74595-294, portador da cédula de identidade 3.408.145 DGPC/GO e inscrito no CPF/MF sob número 847.914.891-87 e **Flávia Vieira De Sousa Dias**, brasileira, nascida aos 14 de janeiro de 1982, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, graduada em administração, empresária, residente e domiciliada à Rua 46, n.º 555, apartamento 3402, Ed. Premier Unique, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74805-440, portadora da cédula de identidade 4.326.295 2ª via SSP-GO e inscrita no CPF/MF sob n.º 954.967.501-72.

Única sócia da empresa **Objectti Soluções Ltda**, inscrita no CNPJ sob o número 11.735.236/0001-92, situada na Rua 09. Qd. E-12 Lt. 12-AE Sala 03, Setor Marista. CEP: 74.150-130, Goiânia-GO, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, sob o NIRE 52202770187, em sessão de 23/03/2010 resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito procederem a alteração contratual de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira –Alteração do Objeto Social da Matriz e Filial 05

Altera-se o objeto social da matriz e da filial 05, de CNPJ número 11.735.236/0023-06 e NIRE número 35920058204, para:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100;

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201; e

Locação de mão de obra temporária, conforme CNAE: 7820500.

Cláusula Segunda – Alteração de Endereço da Matriz

Inclui-se neste ato o número oficial “1477” no endereço da sede da sociedade, que passa a ser o seguinte: Rua 09, Número 1477, Quadra E-12, Lote 12-AE, Sala 03, Setor Marista. CEP nº 74150-130, Goiânia-GO.

Cláusula Terceira – Ratificação das Demais Cláusulas não Modificadas

Continuam por inalteradas as demais cláusulas e disposições do Contrato Social original que não foram modificadas pela presente alteração contratual.

Cláusula Quarta – Consolidação do contrato social

Não havendo outras modificações, os sócios decidem consolidar as disposições do seu Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.735.236/0001-92
NIRE: 5220277018-7

Clausula Primeira – Denominação Social

A sociedade gira sob o nome empresarial: **Objectti Soluções Ltda**, regida por este instrumento e nos moldes da instrução normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

Clausula Segunda – Endereço da Sede e Filiais

O endereço da sede é: Rua 09, Número 1477, Quadra E-12, Lote 12-AE, Sala 03, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74150-130.

Parágrafo único: A sociedade possui as seguintes filiais:

Filial nº 01: situada na Avenida T-9, quadra 527, lote 13, s/n, sala 02, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74255-220; CNPJ: 11.735.236/0003-54 NIRE: 52900709190.

Filial nº 02: situada na Avenida Central, quadra 1-A, lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiânia-GO, CEP: 74465-100, CNPJ: 11.735.236/0005-16 NIRE: 52900720487.

Filial nº 03: situada na Rua Visconde do Rio Branco, Nº 1358, Edifício Hannover empresarial, Centro, CEP: 80420-210, Curitiba-PR, CNPJ: 11.735.236/0006-05 NIRE: 41901691252.

Filial nº 04: situada na Rua Goiás, Nº 141, loja 03, Centro, CEP: 75.400-531, Inhumas – GO. CNPJ 11.735.236/0022-17 e NIRE: 52901016830.

Filial nº 05: Rua Voluntários da Pátria, 2525 – 9º Andar – Sala 95 – Santana, São Paulo – SP, CEP: 02.011-000, CNPJ 11.735.236/0023-06 e NIRE 35920058204.

Clausula Terceira – Objeto Social

Objetivo social da Matriz e Filial 05:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100;

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201; e

Locação de mão de obra temporária, conforme CNAE: 7820500.

Parágrafo Único – Objeto social das filiais 1, 2, 3 e 4:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100; e

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201.

Cláusula Quarta – Início e Prazo de Duração

O prazo de duração da sociedade é indeterminado e o início das atividades da sede deu-se em 15/02/2010.

Clausula Quinta – Capital Social

O capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil Reais), representados por em 40.00 (quarenta mil) quotas de 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Sócia	%	Quotas	R\$
SLT Blessed Participações S/A	100%	40.000	40.000,00
Total	100%	40.000	40.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade da sócia única é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – As quotas são impenhoráveis e não podem ser objeto de qualquer tipo de apreensão judicial ou extrajudicial. Ficando expressamente vedada a associação de terceiros nas quotas, não tendo eficácia perante a sociedade qualquer composição nesse sentido.

Cláusula Sexta – Exercício Fiscal, Balanço e Lucros

A sociedade empresária limitada unipessoal encerrará seu exercício fiscal todos os anos em 31 de dezembro, podendo, a critério próprio, ter duração inferior a um ano, devendo se iniciar no 1º dia de cada período e encerrando-se no último, ocasião em que serão apurados, sob responsabilidade do administrador, os resultados mediante Balanço Patrimonial e DRE - demonstração de resultado do período, podendo a mesma levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir os lucros apurados, obedecendo a melhor técnica contábil, aplicando-se no que couber o disposto na Lei n. 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício fiscal, o sócio único deliberará sobre as contas (artigos 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Parágrafo Segundo - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico.

Parágrafo Terceiro - Os lucros apurados em cada exercício, a critério do sócio único, poderão ser: (i) retidos, total ou parcialmente na sociedade limitada unipessoal, em conta de reservas livres, para posterior capitalização; (ii) distribuídos antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário; (iii) constituir reserva específica para contingências.

Cláusula Sétima – Administração, Representação e Responsabilidades

A administração da sociedade empresária limitada unipessoal, bem como a sua representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial, caberá ao administrador não sócio **Adriano Sousa Fernandes**, acima qualificado, de forma individual e indistintamente, com poderes e atribuições de gestão na busca do objeto social, autorizando o uso do nome empresarial de forma ampla e irrestrita.

Parágrafo Primeiro - O administrador detém poderes e atribuições de gestão na busca do objeto social, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no

entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor da sociedade empresária limitada unipessoal, seja individualmente ou de terceiros, podendo ainda fazer-se representar através de procuração específica, delegando poderes para administração da sociedade em sua ausência temporária, com estrita observância ao presente contrato social.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o administrador poderá ser substituído no exercício de suas funções, pelos administradores não sócios nomeados no parágrafo anterior, a quem caberão todas as atribuições e responsabilidades desta sociedade empresária limitada unipessoal.

Parágrafo Terceiro - Poderão ser designados novos administradores não sócios, em cláusula específica ou em ato separado, com a observância às formalidades da legislação vigente.

Parágrafo Quarto – O administrador poderá ter direito a uma remuneração mensal, desde que aprovada e fixado o valor pelo sócio único.

Parágrafo Quinto – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade limitada unipessoal, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, ou contra a economia popular, contra ao sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Oitava – Deliberações Sociais

Somente serão publicadas as decisões do sócio único da sociedade limitada unipessoal no caso de redução de capital, quando considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, nos termos do § 1º do art. 1.084 do Código Civil.

Cláusula Nona – Falência Ou Embargo do Sócio Único

Em caso de falência ou embargo do sócio único, a sociedade limitada unipessoal continuará suas atividades sob administração dos administradores não sócios, nomeados no Parágrafo Terceiro, da Cláusula Sétima.

Cláusula Décima - Dissolução

A sociedade limitada unipessoal poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade limitada unipessoal, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio único e, na sequência, formalizado o ato de extinção observando as disposições sobre o distrato do contrato social.

Cláusula Décima Primeira - Foro

Para as questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações deste contrato.

Goiânia – GO, 04 de fevereiro de 2022.

SLT Blessed Participações S/A

Sócia

Representada por: Adriano Sousa Fernandes e Flávia Vieira de Sousa Dias

Adriano Sousa Fernandes

Administrador não sócio



ASSINATURA ELETRÔNICA


Certificamos que o ato da empresa OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
84791489187	ADRIANO SOUSA FERNANDES
95496750172	FLAVIA VIEIRA DE SOUSA DIAS





CERTIFICO O REGISTRO EM 02/03/2022 14:03 SOB N° 20220245827.
PROTOCOLO: 220245827 DE 01/03/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202645068. CNPJ DA SEDE: 11735236000192.
NIRE: 52202770187. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/02/2022.
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

239839499



Thallya Lorrany P. de Alcântara

239839499

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
GOIÂNIA, GO

GOIÁS

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
03146238708
G015802906

2 e 1º NOME E SOBRENOME
THALLYTA LORRANY PAULA DE ALCANTARA

1ª HABILITAÇÃO
13/04/2021

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
22/09/2000, GOIÂNIA, GO

4a DATA EXPIRAÇÃO
08/06/2022

4b VALIDADE
09/07/2024

ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
6476562 SSP GO

4d CPF
705.450.591-35

5 1º REGISTRO
075555255037

6 CAT INAR
AB

7 NACIONALIDADE
BRASILEIRO

8 FILIAÇÃO
JOÃO PEREIRA DE ALCANTARA NETO







LUCIENE PAULA GUIMARAES

9

10

11

12







ACC			
A			09/07/2024
AT			
B		09/07/2024	
BI			
C			
CI			

9

10

11

12

D			
D1			
DE			
CE			
C10			
DE			
D10			

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
03146238708
G015802906

OR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

3 e 6. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellido - Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Condução - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / DOMMMYYYYYY / Fecha y lugar de nacimiento - da / Data de Emissão / Issuing Date / DOMMMYYYYYY / Fecha de Emisión - 40.
Data de Validade / Expiration Date / DDMM/YYYYYY / Validez Hasta - ACX - AC; Documento Identidade-Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority /
Documento de Identificação - Autoridad Expedidora - do CPF - 9. Número de registro de CNH / Drive License Number / Numero da Permisso de Conducir - B,
Categoria de Veiculos da Categoria de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Vehículos del Permiso de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad -
Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA075552550<370<<<<<<<<<<<<<*
0009221 F2407094 BRA<<<<<<<<<<<<<4
THALLYTA<CL<PAULA<DE<ALCANTARA

I<BRA075552550<370<<<<<<<<<<<<<<<<<<< *
0009221F2407094BRA<<<<<<<<<<<<<<<<<<<4
THALLYTA<<L<PAULA<DE<SALCANTARA

4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIGA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU
FÉ.

GoIânia, 22 de Agosto de 2023

IGOR BARBOSA CALIXTO - ESCRIVENTE.

Selo Digital nº 00772308222259224330260
"<https://see.tigo.jus.br/buscas>"



Grça do Sol, Rua 9 esq. 6/ Rua João de Abreu, 1155, Ed. Atos, St. Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120-100. Fone: 62 3006.0000 | usuarios@cartoriadigitalizacao.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1580196054

NOME
ADRIANO SOUSA FERNANDES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3408145 DGPC GO

CPF
847.914.891-87

DATA NASCIMENTO
22/01/1978

FILIAÇÃO
LAZARO BELARMINO DE SOUSA
ORMEZINDA FERNANDES SOUSA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO 02702882582 VALIDADE 11/01/2023 1ª HABILITAÇÃO 20/12/1997

OBSERVAÇÕES

Adriano Sousa Fernandes

LOCAL GOIANIA, GO DATA EMISSÃO 19/01/2018

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

00585687687
GO127162690

GOIÁS

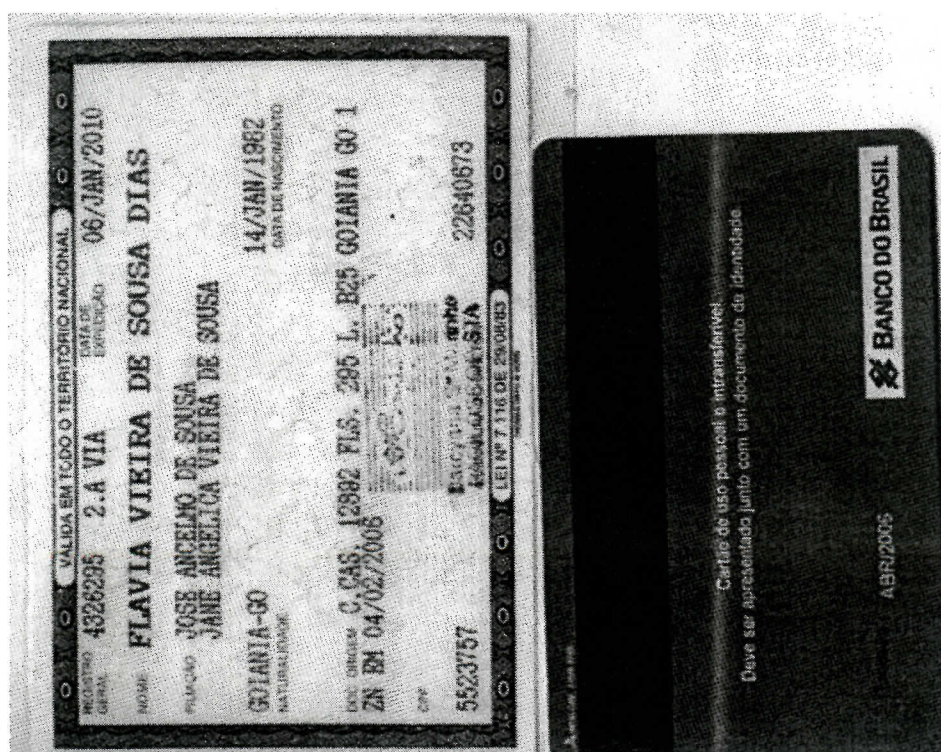
PROIBIDO PLASTIFICAR 1580196054

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
4º Tabelionato de Notas

AUTENTICAÇÃO: CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU FE Goiânia, 23 de Maio de 2018
LEANDRO MESSIAS DOS SANTOS - ESCRIVENTE
Selo Digital nº 02041804251210094932316
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

AAA397931

Prça do Sol - Rua 9 eq. c-Rua João de Almeida, 1155, Ed. Alor, St. Oeste, Goiânia-GO, CEP 74.120-010, Fone: 62 3066.9999 | www.cartorioindioartiaga.com.br



AUTENTICAÇÃO - Cartório Índio Artiaga - Setor Oeste - Rua 09, nº 1155 - CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU FÉ. Goiânia, 05 de Dezembro de 2013. LEANDRO MESSIAS DOS SANTOS, ESCRIVENTE. Selo Digital nº02041304220841027171639. Confirme a Autenticidade do selo no site: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

PROCURAÇÃO

Através do presente instrumento, a empresa **OBJECTTI SOLUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.735.236/0001-92, sediada à Rua 9, Quadra E-12, Lote 12-AE, nº 1477, Setor Marista, Goiânia-GO, Cep: 74.150-130, por intermédio de seu representante legal o **Sr. Adriano Sousa Fernandes**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 3.408.145 DGPC/GO e do CPF nº 847.914.891-87, residente e domiciliado em Goiânia/GO, nomeia e constitui a **Sra. Thallyta Lorranny Paula de Alcantara**, brasileira, solteira, assistente de licitação, portadora do RG nº 6476562 SSP-GO e do CPF nº 705.450.591-35, residente e domiciliada em Goiânia/GO, à Alameda José Alexandre de Moraes, Qd.22, Lt. 21, Façalville CEP:74350-690, como sua mandatária, a quem outorga amplos poderes, perante todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para praticar todos os atos relativos aos procedimentos licitatórios, tais como apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos e declarações, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Goiânia/GO, 22 de agosto de 2023



Adriano Sousa Fernandes
Adriano Sousa Fernandes
Representante Legal
CPF nº 847.914.891-87

4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos
CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) assinatura(s) de:
ADRIANO SOUSA FERNANDES Que assina por **OBJECTTI SOLUCOES LTDA**.

posto que analoga à(s) constante(s) de nosso arquivo.
<https://see.tjgo.jus.br/buscas>
Selo Digital nº: 0077230822258624300336/
Dout. Em Testemunho da Verdade
Goiânia-GO, 22 de Agosto de 2023
LEANDRO DE MORAIS ARTIAGA - ESCRIVENTE



4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos
CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original DO
FÉ.
Goiânia, 22 de Agosto de 2023
LEANDRO DE MORAIS ARTIAGA - ESCRIVENTE.
Selo Digital nº 0077230822259224330253
["https://see.tjgo.jus.br/buscas"](https://see.tjgo.jus.br/buscas)



DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.735.236/0001-92
NIRE: 5220277018-7

SLT Blessed Participações S/A, sociedade anônima privada, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o NIRE número 52300040469, com CNPJ número 31.909.092/0001-50, com sede à Avenida 136, número 797, sala 601, 6º andar, Bloco B, Condomínio New York Square Business Evolution, Setor Sul, CEP: 74.093-250, Goiânia – Goiás, representada por seus diretores: **Adriano Sousa Fernandes**, brasileiro, nascido aos 22 de janeiro de 1978, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliado à Rua Marcelo Portela, quadra 7, lote 21, Residencial das Acácias, CEP: 74595-294, portador da cédula de identidade 3.408.145 DGPC/GO e inscrito no CPF/MF sob número 847.914.891-87 e **Flávia Vieira De Sousa Dias**, brasileira, nascida aos 14 de janeiro de 1982, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, graduada em administração, empresária, residente e domiciliada à Rua 46, n.º 555, apartamento 3402, Ed. Premier Unique, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74805-440, portadora da cédula de identidade 4.326.295 2ª via SSP-GO e inscrita no CPF/MF sob n.º 954.967.501-72.

Única sócia da empresa **Objectti Soluções Ltda**, inscrita no CNPJ sob o número 11.735.236/0001-92, situada na Rua 09. Qd. E-12 Lt. 12-AE Sala 03, Setor Marista. CEP: 74.150-130, Goiânia-GO, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, sob o NIRE 52202770187, em sessão de 23/03/2010 resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito procederem a alteração contratual de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira –Alteração do Objeto Social da Matriz e Filial 05

Altera-se o objeto social da matriz e da filial 05, de CNPJ número 11.735.236/0023-06 e NIRE número 35920058204, para:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100;

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201; e

Locação de mão de obra temporária, conforme CNAE: 7820500.

Cláusula Segunda – Alteração de Endereço da Matriz

Inclui-se neste ato o número oficial “1477” no endereço da sede da sociedade, que passa a ser o seguinte: Rua 09, Número 1477, Quadra E-12, Lote 12-AE, Sala 03, Setor Marista. CEP nº 74150-130, Goiânia-GO.

Cláusula Terceira – Ratificação das Demais Cláusulas não Modificadas

Continuam por inalteradas as demais cláusulas e disposições do Contrato Social original que não foram modificadas pela presente alteração contratual.

Cláusula Quarta – Consolidação do contrato social

Não havendo outras modificações, os sócios decidem consolidar as disposições do seu Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.735.236/0001-92
NIRE: 5220277018-7

Clausula Primeira – Denominação Social

A sociedade gira sob o nome empresarial: **Objectti Soluções Ltda**, regida por este instrumento e nos moldes da instrução normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

Clausula Segunda – Endereço da Sede e Filiais

O endereço da sede é: Rua 09, Número 1477, Quadra E-12, Lote 12-AE, Sala 03, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74150-130.

Parágrafo único: A sociedade possui as seguintes filiais:

Filial nº 01: situada na Avenida T-9, quadra 527, lote 13, s/n, sala 02, Jardim América, Goiânia-GO, CEP: 74255-220; CNPJ: 11.735.236/0003-54 NIRE: 52900709190.

Filial nº 02: situada na Avenida Central, quadra 1-A, lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiânia-GO, CEP: 74465-100, CNPJ: 11.735.236/0005-16 NIRE: 52900720487.

Filial nº 03: situada na Rua Visconde do Rio Branco, Nº 1358, Edifício Hannover empresarial, Centro, CEP: 80420-210, Curitiba-PR, CNPJ: 11.735.236/0006-05 NIRE: 41901691252.

Filial nº 04: situada na Rua Goiás, Nº 141, loja 03, Centro, CEP: 75.400-531, Inhumas – GO. CNPJ 11.735.236/0022-17 e NIRE: 52901016830.

Filial nº 05: Rua Voluntários da Pátria, 2525 – 9º Andar – Sala 95 – Santana, São Paulo – SP, CEP: 02.011-000, CNPJ 11.735.236/0023-06 e NIRE 35920058204.

Clausula Terceira – Objeto Social

Objetivo social da Matriz e Filial 05:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100;

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201; e

Locação de mão de obra temporária, conforme CNAE: 7820500.

Parágrafo Único – Objeto social das filiais 1, 2, 3 e 4:

Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, conforme CNAE: 6209100;

Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, conforme CNAE: 6319400;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, conforme CNAE: 6202300;

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, conforme CNAE: 6203100; e

Comercio varejista especializado de equipamentos suprimentos de informática, conforme CNAE: 4751201.

Cláusula Quarta – Início e Prazo de Duração

O prazo de duração da sociedade e indeterminado e o início das atividades da sede deu-se em 15/02/2010.

Clausula Quinta – Capital Social

O capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil Reais), representados por em 40.00 (quarenta mil) quotas de 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Sócia	%	Quotas	R\$
SLT Blessed Participações S/A	100%	40.000	40.000,00
Total	100%	40.000	40.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade da sócia única é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – As quotas são impenhoráveis e não podem ser objeto de qualquer tipo de apreensão judicial ou extrajudicial. Ficando expressamente vedada a associação de terceiros nas quotas, não tendo eficácia perante a sociedade qualquer composição nesse sentido.

Cláusula Sexta – Exercício Fiscal, Balanço e Lucros

A sociedade empresária limitada unipessoal encerrará seu exercício fiscal todos os anos em 31 de dezembro, podendo, a critério próprio, ter duração inferior a um ano, devendo se iniciar no 1º dia de cada período e encerrando-se no último, ocasião em que serão apurados, sob responsabilidade do administrador, os resultados mediante Balanço Patrimonial e DRE - demonstração de resultado do período, podendo a mesma levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir os lucros apurados, obedecendo a melhor técnica contábil, aplicando-se no que couber o disposto na Lei n. 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício fiscal, o sócio único deliberará sobre as contas (artigos 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Parágrafo Segundo - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico.

Parágrafo Terceiro - Os lucros apurados em cada exercício, a critério do sócio único, poderão ser: (i) retidos, total ou parcialmente na sociedade limitada unipessoal, em conta de reservas livres, para posterior capitalização; (ii) distribuídos antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário; (iii) constituir reserva específica para contingências.

Cláusula Sétima – Administração, Representação e Responsabilidades

A administração da sociedade empresária limitada unipessoal, bem como a sua representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial, caberá ao administrador não sócio **Adriano Sousa Fernandes**, acima qualificado, de forma individual e indistintamente, com poderes e atribuições de gestão na busca do objeto social, autorizando o uso do nome empresarial de forma ampla e irrestrita.

Parágrafo Primeiro - O administrador detém poderes e atribuições de gestão na busca do objeto social, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no

entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor da sociedade empresária limitada unipessoal, seja individualmente ou de terceiros, podendo ainda fazer-se representar através de procuração específica, delegando poderes para administração da sociedade em sua ausência temporária, com estrita observância ao presente contrato social.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o administrador poderá ser substituído no exercício de suas funções, pelos administradores não sócios nomeados no parágrafo anterior, a quem caberão todas as atribuições e responsabilidades desta sociedade empresária limitada unipessoal.

Parágrafo Terceiro - Poderão ser designados novos administradores não sócios, em cláusula específica ou em ato separado, com a observância às formalidades da legislação vigente.

Parágrafo Quarto – O administrador poderá ter direito a uma remuneração mensal, desde que aprovada e fixado o valor pelo sócio único.

Parágrafo Quinto – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade limitada unipessoal, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, ou contra a economia popular, contra ao sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Oitava – Deliberações Sociais

Somente serão publicadas as decisões do sócio único da sociedade limitada unipessoal no caso de redução de capital, quando considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, nos termos do § 1º do art. 1.084 do Código Civil.

Cláusula Nona – Falência Ou Embargo do Sócio Único

Em caso de falência ou embargo do sócio único, a sociedade limitada unipessoal continuará suas atividades sob administração dos administradores não sócios, nomeados no Parágrafo Terceiro, da Cláusula Sétima.

Cláusula Décima - Dissolução

A sociedade limitada unipessoal poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade limitada unipessoal, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio único e, na sequência, formalizado o ato de extinção observando as disposições sobre o distrato do contrato social.

Cláusula Décima Primeira - Foro

Para as questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações deste contrato.

Goiânia – GO, 04 de fevereiro de 2022.

SLT Blessed Participações S/A

Sócia

Representada por: Adriano Sousa Fernandes e Flávia Vieira de Sousa Dias

Adriano Sousa Fernandes

Administrador não sócio



ASSINATURA ELETRÔNICA


Certificamos que o ato da empresa OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
84791489187	ADRIANO SOUSA FERNANDES
95496750172	FLAVIA VIEIRA DE SOUSA DIAS





CERTIFICO O REGISTRO EM 02/03/2022 14:03 SOB N° 20220245827.
PROTOCOLO: 220245827 DE 01/03/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202645068. CNPJ DA SEDE: 11735236000192.
NIRE: 52202770187. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/02/2022.
OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2 e 1º NOME E SOBRENOME
THALLYTA LORRANY PAULA DE ALCANTARA

1ª HABILITAÇÃO
13/04/2021

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
22/09/2000, GOIANIA, GO

4a DATA EMISSÃO
08/06/2022

4b VALIDADE
09/07/2024

ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
6476562 SSP GO

4d CPF
705.450.591-35

5 1º REGISTRO
07555255037






6 CAT INAR
AB








7 NACIONALIDADE
BRASILEIRO

8 FILIAÇÃO
JOÃO PEREIRA DE ALCANTARA NETO

9 ASSINATURA DO PORTADOR
Thallyta Lorrany P. de Alcantara

10 LICENCIAMENTO
LUCIENE PAULA GUIMARAES

9	10	11	12
ACC			
A		09/07/2024	
AT			
B		09/07/2024	
BI			
C			
CI			

9	10	11	12
D			
D1			
BF			
CE			
CI10			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
GOIANIA, GO

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
03146238708
G0152024906

GOIÁS

OR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 - 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nomme et Apellid - Primeiro Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Issuã de Nascimento / Date and Place of Birth DOBMMYYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emisã / Issuing Date DOBMMYYYY / Fecha de Emisiòn - 4b. Data de Validade / Expiration Date DOBMMYYYY / Valido Hasta - ACP - 4c. Documento Identidade - Orgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificaciòn - Autoridad Emissora - 4d. CNH - 5. Número de registro de CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 5a. Categoria de Veículos de Categoria de Habilitaçã / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiaçã / Filiação / Filiación - 12. Observaçã / Observaciòn / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA075552550<370<<<<<<<<<<<<<<<<<<< *
0009221F2407094BRA<<<<<<<<<<<<<<<<<<<4
THALLYTA<<L<PAULA<DE<SALCANTARA

29 Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU
FE.

GoIânia, 22 de Agosto de 2023

IGOR BARBOSA CALIXTO - ESCRIVENTE.

Selo Digital nº 00772308222259224330260
"<https://see.tigo.jus.br/buscas>"



Gr 2023 da Sol, Rua 9 esp. 6/ Rua João de Abreu, 1155, Ed. Atos, St. Oeste, Goiânia/GO, CEP 74120-100, Fone: 62 3006.0000 | www.portalindicatortigo.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1580196054

NOME
ADRIANO SOUSA FERNANDES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3408145 DGPC GO

CPF
847.914.891-87

DATA NASCIMENTO
22/01/1978

FILIAÇÃO
LAZARO BELARMINO DE SOUSA
ORMEZINDA FERNANDES SOUSA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO 02702882582 VALIDADE 11/01/2023 1ª HABILITAÇÃO 20/12/1997

OBSERVAÇÕES

Adriano Sousa Fernandes

LOCAL GOIANIA, GO DATA EMISSÃO 19/01/2018

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

00585687687
GO127162690

GOIÁS

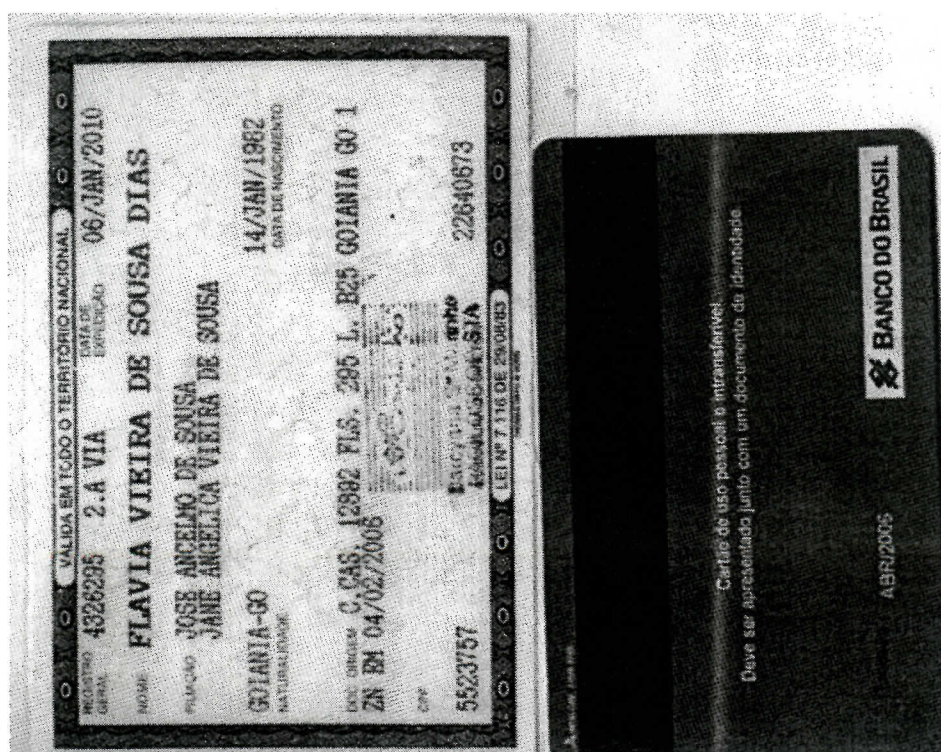
PROIBIDO PLASTIFICAR 1580196054

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
4º Tabelionato de Notas

AUTENTICAÇÃO: CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU FE Goiânia, 23 de Maio de 2018
LEANDRO MESSIAS DOS SANTOS - ESCRIVENTE
Selo Digital nº 02041804251210094932316
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

AAA397931

Prça do Sol - Rua 9 eq. c-Rua João de Almeida, 1155, Ed. Alor, St. Oeste, Goiânia-GO, CEP 74.120-010, Fone: 62 3066.9999 | www.cartorioindioartiaga.com.br



AUTENTICAÇÃO - Cartório Índio Artiaga - Setor Oeste - Rua 09, nº 1155 - CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU FÉ. Goiânia, 05 de Dezembro de 2013. LEANDRO MESSIAS DOS SANTOS, ESCRIVENTE. Selo Digital nº02041304220841027171639. Confirme a Autenticidade do selo no site: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

PROCURAÇÃO

Através do presente instrumento, a empresa **OBJECTTI SOLUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.735.236/0001-92, sediada à Rua 9, Quadra E-12, Lote 12-AE, nº 1477, Setor Marista, Goiânia-GO, Cep: 74.150-130, por intermédio de seu representante legal o **Sr. Adriano Sousa Fernandes**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 3.408.145 DGPC/GO e do CPF nº 847.914.891-87, residente e domiciliado em Goiânia/GO, nomeia e constitui a **Sra. Thallyta Lorranny Paula de Alcantara**, brasileira, solteira, assistente de licitação, portadora do RG nº 6476562 SSP-GO e do CPF nº 705.450.591-35, residente e domiciliada em Goiânia/GO, à Alameda José Alexandre de Moraes, Qd.22, Lt. 21, Faixaalville CEP:74350-690, como sua mandatária, a quem outorga amplos poderes, perante todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para praticar todos os atos relativos aos procedimentos licitatórios, tais como apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos e declarações, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Goiânia/GO, 22 de agosto de 2023



Adriano Sousa Fernandes
Adriano Sousa Fernandes
Representante Legal
CPF nº 847.914.891-87

4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos
CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) assinatura(s) de:
ADRIANO SOUSA FERNANDES Que assina por **OBJECTTI SOLUCOES LTDA**.

posto que analoga à(s) constante(s) de nosso arquivo.
<https://see.tjgo.jus.br/buscas>
Selo Digital nº: 0077230822258624300336/
Dout. Em Testemunho da Verdade
Goiânia-GO, 22 de Agosto de 2023
LEANDRO DE MORAIS ARTIAGA - ESCRIVENTE



4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos
CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original DO
FE.
Goiânia, 22 de Agosto de 2023
LEANDRO DE MORAIS ARTIAGA - ESCRIVENTE.
Selo Digital nº 0077230822259224330253
["https://see.tjgo.jus.br/buscas"](https://see.tjgo.jus.br/buscas)



Re: Impugnação ao Edital do PE 30/2023

Licitações <licitacoes@objectti.movidesk.com>

qua 13/09/2023 14:48

Para: pregoeiro <pregoeiro@tre-ms.jus.br>;

Cc: pregoeiro@trems@gmail.com <pregoeiro@trems@gmail.com>;

 5 anexos (3 MB)

1. Documento Thallyta.pdf; 1. Procuração Privada Thallyta.pdf; 01. Objectti - 19ª Alteração Contratual.pdf; 1. Identidade - Adriano.pdf; 1. Identidade - Flavia.pdf;

- Não escreva abaixo dessa linha - #

Olá, TRE MS.

O ticket Nº 20230912000053 (Impugnação ao Edital do PE 30/2023) foi atualizado pelo agente.

**Atendente 7** 13/09/2023 15:17 (UTC-03:00 Horário de Brasília (São Paulo))

4

Prezado

Segue em anexo documentação comprovatória dos poderes conferidos à Sra Thallyta

 [assinatura_email_objectti_licitação.png](#)**Sonia Anelli** 13/09/2023 14:04 (UTC-03:00 Horário de Brasília (São Paulo))

3

E-mail de: Sônia Aparecida Granja Anelli <sonia.anelli@tre-ms.jus.br> para: Licitações <licitacoes@objectti.movidesk.com> em: 13/09/2023 14:02

Boa tarde!

Estou no aguardo dos documentos que comprovem que o procurador tem poderes para agir em nome da empresa.

Att.

Sônia Aparecida Granja Anelli

Seção de Licitação e Compras

sonia.anelli@tre-ms.jus.brcompras@tre-ms.jus.brpregoeiro@tre-ms.jus.br

TRE/MS - (67)2107-7026

 [1680294899304](#)

De: Sônia Aparecida Granja Anelli**Enviado:** terça-feira, 12 de setembro de 2023 16:50:18**Para:** Licitações**Assunto:** Re: Novo ticket: Impugnação ao Edital do PE 30/2023

<!-- P {margin-top:0;margin-bottom:0;} -->

Boa tarde!

Para analisar o pedido de impugnação solicito o envio dos documentos que comprovem poderes do procurador para agir em nome da empresa>

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

Aguardo o envio dos documentos.

Sônia Aparecida Granja Anelli

Seção de Licitação e Compras

sonia.anelli@tre-ms.jus.br

compras@tre-ms.jus.br

pregoeiro@tre-ms.jus.br

TRE/MS - (67)2107-7026

 [1680294899304](#)

De: Licitações <licitacoes@objectti.movidesk.com>
Enviado: terça-feira, 12 de setembro de 2023 16:30:46
Para: pregoeiro
Cc: pregoeiro@trems@gmail.com
Assunto: Novo ticket: Impugnação ao Edital do PE 30/2023



Sonia Anelli 12/09/2023 17:57 (UTC-03:00 Horário de Brasília (São Paulo))

E-mail de: Sônia Aparecida Granja Anelli <sonia.anelli@tre-ms.jus.br> para: Licitações <licitacoes@objectti.movidesk.com> em: 12/09/2023 17:50

2

Boa tarde!

Para analisar o pedido de impugnação solicito o envio dos documentos que comprovem poderes do procurador para agir em nome da empresa>

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

Aguardo o envio dos documentos.

Sônia Aparecida Granja Anelli

Seção de Licitação e Compras

sonia.anelli@tre-ms.jus.br

compras@tre-ms.jus.br

pregoeiro@tre-ms.jus.br

TRE/MS - (67)2107-7026

 [1680294899304](#)

De: Licitações <licitacoes@objectti.movidesk.com>
Enviado: terça-feira, 12 de setembro de 2023 16:30:46
Para: pregoeiro
Cc: pregoirotrems@gmail.com
Assunto: Novo ticket: Impugnação ao Edital do PE 30/2023



Atendente 7 12/09/2023 17:30 (UTC-03:00 Horário de Brasília (São Paulo))

1

Prezados

Boa tarde

Segue em anexo as razões da impugnação ao certame em apreço.

Pedimos a gentileza de confirmação de recebimento deste.

 [assinatura_email_objectti_licitação.png](#)

Se precisar acrescentar mais detalhes ao seu ticket, fique a vontade para responder esse e-mail ou acesse:
<https://objectti.movidesk.com/Ticket/Edit/40916?token=EAD0FF2152B7CB0C31FA1C69F8DE2DF4FB63548257424130>

Cordialmente,

Central de atendimento
OBJECTTI

[MDK13780T272127759]

Este email foi gerado por [Movidesk](#)